

/ PALAVRA DO LEITOR

Segurança jurídica

Lideranças políticas e empresários dos municípios de Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Santana da Boa Vista, Quaraí, Candiota realizaram protesto em Porto Alegre pedindo segurança jurídica para a instalação de empreendimentos na Região Sul do Estado (Jornal do Comércio, edição de 01/10/2026). Essa situação enfrentada por vários empreendimentos mostra que o Estado brasileiro atrapalha mais a vida do empreendedor do que ajuda. E o Rio Grande do Sul tradicionalmente dificulta mais o empreendedor do que outras unidades da federação. *(Paulo Dutra dos Santos)*



Segurança jurídica II

Se o Estudo de Impacto Ambiental disse que não tem como fazer o empreendimento, o que os empresários foram chorar o quê? Preferem expulsar uma comunidade que pertence à região há anos para dar lugar para uma empresa que vai poluir e destruir a área? *(Mariana Pujol)*

Segurança jurídica III

Há três exemplos de empreendimentos afetados por essa situação: o projeto do Fosfato, o Porto Meridional de Terra de Areia e o Projeto Natureza da CMPC em Barra do Ribeiro. Observem o tamanho do atraso para o Rio Grande do Sul, é um absurdo atrás de outro. *(Régis Brum)*

Segurança jurídica IV

Parabéns aos idealizadores do movimento. O Rio Grande do Sul vive seu ocaso. O Estado precisa de reformas profundas. Governo e autarquias estão tomadas de tecnocratas que desconhecem a dinâmica econômica e o próprio estado para o qual governam e trabalham. *(Virgílio Toniolo)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

Aos anunciantes e
agências de publicidade

Alteração de horário de fechamento

Face ao feriado de Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro, a edição do dia 12 será conjunta com a do dia 09 de outubro, com o fechamento comercial às 17h do dia 08 de outubro.

A edição do dia 13 de outubro de 2026 circulará normalmente, com o fechamento comercial às 17h do dia 09 de outubro.

/ ARTIGOS

Prevenção para enfrentar a inadimplência

Daniel Borin

O Brasil chegou a 9,2 milhões de empresas inadimplentes, o maior número já registrado pela Serasa Experian, em um total de R\$ 238,6 bilhões em dívidas. O volume representa aproximadamente um em cada cinco CNPJs com contas em atraso. Um cenário difícil e que prejudica os dois lados dessa relação.

Para o devedor, significa juros e restrições financeiras. Para a empresa credora, representa um recurso que deixa de entrar no caixa e que poderia ser usado para pagar fornecedores e cumprir obrigações. Para os titulares dos créditos a serem pagos, torna-se ainda mais desafiador ter êxito na cobrança - o que exige mudanças de abordagem e uma atuação estratégica.

Quando olhamos para dados do Rio Grande do Sul sobre esse tema, o Estado registrou cerca de 533 mil empresas inadimplentes no mês de julho, conforme informações da Serasa Experian. Em números reais, o RS teve a maior dívida média por empresa na região Sul do Brasil, girando em torno de R\$ 37.000,62. São 5,5 milhões de dívidas negativas no Estado, somando um total de R\$ 19,7 bilhões em atraso no período.

Na recuperação de crédito, o tempo é determinante. Quanto mais cedo a empresa identifica o atraso e inicia a cobrança, maiores são as possibilidades de recuperação. Em períodos de crise, cobrar de forma rápida e preventiva pode fazer a diferença. A negociação

amigável precisa começar antes que o atraso se transforme em uma “bola de neve”.

Por isso, é fundamental estruturar um fluxo de cobrança: identificar o atraso, fazer o contato inicial, definir prazos e avaliar o perfil do devedor. Há clientes que enfrentam dificuldades pontuais e têm condições de negociar. Outros apresentam sinais de risco maior e exigem uma abordagem diferente.

Em muitos casos, a negociação é mais rápida e menos onerosa do que a judicialização, além de permitir que se construa uma solução viável para ambas as partes. Negociar não significa abrir mão do crédito, mas criar condições reais para o pagamento, com prazos definidos e acordos formalizados.

Recuperar crédito, portanto, não é apenas uma medida jurídica. É uma decisão estratégica de gestão financeira. Créditos parados representam recursos que poderiam estar no caixa, sustentando investimentos e a própria operação. Em um cenário de inadimplência elevada, cobrar com rapidez, organização e eficiência é condição essencial para a preservação financeira do negócio.

Advogado

Créditos parados
representam
recursos que
poderiam estar no
caixa, sustentando
investimentos

Do poço à rede: produzir energia não basta

Eric Fernando Boeck Daza

Em 14 de agosto, a Petrobras identificou hidrocarbonetos no poço Morpho, a 175 quilômetros da costa de Oiapoque, no Amapá. Nove dias depois, num domingo de baixa demanda, o Operador Nacional do Sistema Elétrico voltou a acionar o Plano de Gestão de Excedentes na Rede de Distribuição.

Petróleo e eletricidade têm usos, mercados e horizontes distintos. A questão comum é outra: quanto a próxima unidade de energia realmente acrescenta ao País? No petróleo, a resposta pode levar anos. Morpho ainda é um poço exploratório em avaliação. A presença de hidrocarbonetos precisa ser traduzida em volumes recuperáveis, produtividade, custos e condições econômicas que justifiquem um projeto comercial. Encontrar o recurso é apenas uma etapa.

No sistema elétrico, a mesma distinção surge numa escala de horas. O Brasil terminou 2025 com 86,8% de renováveis na oferta interna de energia elétrica. Eólica e solar responderam juntas por 26,4% da geração, e a micro e minigeração distribuída chegou a 7%.

A geração solar se concentra nas horas em que, em determinados dias, o consumo é menor. Projeções

do ONS indicam restrições entre 9h e 16h que, nos cenários mais críticos, podem chegar à ordem de 50 GW, sobretudo em domingos e feriados.

Se a expansão avançar mais rapidamente que a carga nessas horas, excedentes e cortes tendem a crescer. O risco é um efeito próximo de “soma zero”: novas fontes deslocam geração existente sem produzir ganho líquido equivalente de energia útil.

Isso não significa interromper a instalação de renováveis. Significa que o benefício de cada nova unidade depende também de quando e onde sua energia aparece. Grandes consumidores podem absorver parte da oferta, mas importa tanto quanto consomem e quanto o momento em que consomem.

É aí que a comparação ganha sentido. No mar, a existência de um recurso não determina quanto dele merece virar produção. Na rede, capacidade instalada não garante benefício adicional em todas as horas. Baterias podem absorver energia nos períodos de excedente e devolvê-la depois. Consumo flexível e sinais econômicos adequados também aproximam demanda e disponibilidade.

A questão não é produzir menos, mas fazer a expansão produzir mais resultado. Barris descobertos e megawatts instalados continuam importantes, mas não contam toda a história. Os próximos anos testarão nossa capacidade de aproveitar melhor uma matriz que já mudou.

Especialista em energia limpa, transição
energética e mudanças climáticas